

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAL ROUPAGEM DO ARTIGO 557 DO CPC

Luís Henrique Barbante Franzé

Mestrando em Direito (Processo Civil) na Faculdade de Direito de Bauru-ITE

1. DOS ELASTÉRIOS DOS PODERES DO RELATOR PELO ARTIGO 557

Com a nova redação conferida ao artigo 557 do CPC, pela lei 9.756/98, o relator passou a ter poderes para negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em contrariedade com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Não bastasse a possibilidade do relator negar seguimento¹, também foi conferido, ao mesmo, poder para dar provimento ao agravo se, a decisão recorrida, estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior (artigo 557, § 1º-A, do CPC).

Registramos que, nessas hipóteses, o relator além do juízo de admissibilidade, passa a ter o exercício do juízo de mérito.

Ademais, a possibilidade do relator negar seguimento, foi estendida aos demais recursos, e não só ao agravo de instrumento.

Diante dessa nova redação, surgem as questões que serão tratadas em tópicos separados.

¹Redação trazida pela lei 9.139/95.

1.1. Do escopo da ampliação dos poderes do relator

Inegável que o diploma processual civil de 1973, tal como o CPC/39, manteve sua postura tradicional, de forma a ratificar a competência do órgão colegiado no tribunal.

Assim, competia ao relator, tão-somente, elaborar seu relatório, proferir o primeiro voto, e desde que fosse vencedor, também deveria redigir o acórdão.

Esse procedimento, bem como a ausência de poderes do relator, implicava um dos mecanismos que determinavam notório e angustiante congestionamento do Poder Judiciário.

Dentro dessa realidade, salienta CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO², emergiu a necessidade de tornar mais amplos os poderes do relator, possibilitando que uma decisão singular, com autorização legislativa ou regimental, substitua os morosos processamentos.

Nessa esteira, no ordenamento pátrio, encontramos o primeiro sinal de ampliação dos poderes do relator em 1963, onde o regimento interno do Supremo Tribunal Federal (artigo 15, inciso IV) outorgou, ao relator, competência para determinar o arquivamento de recurso extraordinário, ou o respectivo agravo de instrumento aforado em relação à decisão denegatória, mediante indicação da súmula³.

Mencionado procedimento, que até então era meramente regimental, foi ratificado pela lei 8.038 de 28.05.90 (artigo 28, §§ 2º e 3º).

Concluímos, assim, que a busca por maior efetividade norteadora dos mencionados precedentes normativos, redundaram no escopo da ampliação dos poderes do relator.

1.2. Da constitucionalidade do artigo 557

Dentro da efetividade buscada através da ampliação dos poderes do relator, passaremos a analisar a constitucionalidade, ainda que sem pretensão de esgotar o assunto.

Essa análise será feita em função dos poderes atribuídos ao relator para, isoladamente, negar seguimento ou, inclusive, dar provimento ao agravo na medida em que os tribunais atuam em colegiado, sendo mencionado órgão, o juiz natural.⁴

Em outras palavras, o relator foi investido de poder para ultrapassar o âmbito da análise dos pressupostos de admissibilidade e adentrar ao mérito das razões recursais que até então, era matéria afeta ao colegiado competente.

Por outro turno, a principiologia estabelecida na Constituição Federal deixa evidente que os tribunais, notadamente em relação ao mérito, apenas atuam em colegiado através de suas turmas ou câmaras.

²DINAMARCO, Cândido Rangel. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, editora Revista dos Tribunais, 1999, página 129;

³Em paralelo, e por consequência, também restou instituída a súmula do Supremo Tribunal Federal, no intuito de estabilizar a jurisprudência, e simplificar o julgamento das questões;

⁴CARNEIRO, Athos Gusmão. O novo recurso de agravo e outros estudos, editora Forense, 1998, 3ª edição, página 70;

Diante disso, entendemos que a questão se resume no binômio efetividade/segurança jurídica.

Ora, aguardarmos todo o processamento do recurso para, somente ao final, sabermos o resultado, que, em tese, já poderia ter sido proferido no início, inequivocamente não reflete a efetividade necessária ao judiciário.

Cumulativamente, não haverá qualquer abalo ao princípio da segurança jurídica, pois, consoante determina o § 1º do artigo 557 do CPC, caso o agravante entenda pertinente, poderá interpor agravo, no prazo de cinco dias, perante o órgão competente para o julgamento do recurso. Na seqüência, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto e, se provido, o recurso indeferido terá seguimento.

Na realidade, o relator ao exercer suas atribuições jurisdicionais, atua por delegação do colegiado a que pertence, sendo justamente por essa razão, que as decisões do relator estarão sujeitas à revisão do referido órgão⁵, restando cumprido o princípio do juiz natural.

Em consonância com esse entendimento, há acórdão proferido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL⁶.

Com isso, concluímos que inexistente qualquer inconstitucionalidade, na decisão do relator, notadamente porque, visa a trazer o resultado efetivo da lide, entregando o direito a quem de fato o tem, no tempo mais breve possível.

Observamos, ainda, que restou concretizada a maior efetividade, sem qualquer detrimento da segurança jurídica, ou mesmo do princípio do juiz natural, que no tribunal é representado pelo órgão colegiado.

1.3. Da vinculação do Relator

Na redação concebida pela lei 9.139/95 ao artigo 557 do CPC, foi atribuído poder ao relator para negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou de tribunal superior.

Com a vigência da lei 9.756/98, a redação do artigo 557 foi novamente modificada havendo um elastério nos poderes do relator, pois incluiu também o poder de negar seguimento aos recursos contrários à jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Inicialmente, consignamos que negar seguimento no dispositivo enfocado, significa decidir sem encaminhar o recurso ao órgão colegiado. Dessa forma, para

⁵SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Tribunal pleno, agravo regimental número 595, relator ministro Carlos Velloso, encartado no DJU de 23.04.99, página 15, cujo trecho expressa: (...) 1. É legítima, sob o ponto de vista constitucional, a atribuição conferida ao Relator para arquivar ou negar seguimento a pedido ou recurso RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado. (...);

⁶DINAMARCO, Cândido Rangel. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, Revista dos Tribunais, 1999, página 134;

negar seguimento, o relator poderá não conhecer do recurso (se for manifestamente inadmissível ou prejudicado), ou negar provimento (quando for manifestamente improcedente).⁷

Dentro desse quadro, analisaremos se a norma traz um comando imperativo, ante o verbo negará constante em seu bojo, ou meramente facultativo.

Entende ATHOS GUSMÃO CARNEIRO⁸, apegando-se na interpretação literal da norma, que se trata de comando obrigatório e, conseqüentemente, havendo súmula sobre o tema, o relator deverá negar seguimento ao recurso.

Todavia, ousamos discordar desse entendimento, notadamente porque inexistente em nosso ordenamento o sistema da súmula vinculante, e muito menos da jurisprudência dominante vinculante.

Ora, não se pode negar que, no atual sistema brasileiro, fiel ao modelo europeu continental, não vigora o *stare decisis* e, portanto, a matéria objeto de decisão judicial, ainda que pacífica, nos tribunais superiores não é vinculante, sendo certo que, mesmo as súmulas têm valor apenas relativo, pois influenciam decisões, mas não se colocam como direito posto, ou seja, não obrigam os juízes e tribunais locais a acata-las⁹.

Nessa esteira, assevera NELSON NERY JÚNIOR¹⁰ que:

o relator não ficava obrigado a indeferir o recurso que foi interposto contrariando a súmula do próprio tribunal ou de tribunal superior. Como não há procedimento legal para revisão de súmula de tribunal, seria cercear a defesa do recorrente (CF, 5º, LV) negar-se a examinar sua pretensão recursal, sob o fundamento de que é contrária à súmula da jurisprudência predominante do tribunal. A jurisprudência é dinâmica e, quando necessário, deve ser revista.

O mesmo posicionamento é adotado por JOSÉ CARLOS DE MORAES SALLES¹¹, inclusive, ao final, alertando que a obrigação do relator em negar provimento ao agravo, na hipótese prevista no artigo 557 do CPC, além de violar artigo 5º, inciso LV da CF (princípio do contraditório e da ampla defesa), também afronta a inexistência de súmulas vinculantes no direito pátrio.

⁷CARNEIRO, Athos Gusmão. O novo recurso de agravo e outros estudos, editora Forense, 1998, 3ª edição, página 70.

⁸TALAMINE, Eduardo. A nova disciplina do agravo e os princípios constitucionais do processo. Revista do Advogado, número 48, página 35;

⁹NERY JÚNIOR, Nelson. Atualidades sobre o processo civil, editora Revista dos Tribunais, 2ª edição, página 189;

¹⁰SALLES, José Carlos de Moraes. Recurso de agravo, editora Revista dos Tribunais, 1999, 2ª edição, página 133;

¹¹há acórdão entendendo o contrário, proferido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Primeira Turma, agravo regimental 177.977-2, relator ministro Moreira Alves, julgado em 07.05.1996, publicado no DJU de 18.10.1996, encartado na RT 735/204, expressando: Acórdão que se baseia, para decidir, em indicação da súmula aplicável está motivado, pois basta o interessado examinar os arestos em que esta se estriba para saber quais os fundamentos do enunciado da súmula.

Para entendermos esse posicionamento, basta fazermos breve retrospecto sobre o processo de formação da súmula.

Conseqüentemente, verificaremos que qualquer juiz, ao proferir seu voto no tribunal, e uma vez havendo divergência quanto à matéria, poderá vindicar pelo posicionamento prévio da própria corte (artigo 476 do CPC). Reconhecida a divergência, os autos irão ao presidente do tribunal, para designar sessão de julgamento (artigo 477 do CPC). Por sua vez, reconhecida a divergência, e, após a exposição de cada juiz, bem como do ministério público (artigo 478, § único, do CPC), serão emitidos os respectivos votos, onde o julgamento será tomado pela maioria absoluta dos membros do tribunal, sendo objeto de súmula e constituindo precedente na uniformização da jurisprudência (artigo 479 do CPC).

Concluimos, pois, que a súmula trata-se de entendimento da maioria absoluta dos membros do tribunal, não podendo, sequer de longe, substituir a legislação.

Dessa forma, não podemos alçar súmula, bem como, a jurisprudência dominante, no mesmo nível de um dispositivo determinado pelo texto da lei¹².

Concomitantemente, nem mesmo a doutrina do *stare decisis*, exige obediência irrestrita às decisões passadas. O que se pretende com essa doutrina é o uso da sabedoria do passado, todavia, como fundamento¹³.

Assim, no intuito de saber se as razões recursais estão em desacordo com a jurisprudência dominante, para efeito de negar seguimento ao recurso (artigo 557 do CPC), o relator deverá ter como parâmetro, o entendimento do respectivo órgão colegiado sobre o tema¹⁴.

Daí porque concordamos com TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER¹⁵, ao afirmar que, ou se tem visão constitucionalizante e sistemática, interpretando que o relator poderá negar seguimento ao recurso, ou restará decretada a inconstitucionalidade do mencionado dispositivo.

O mesmo entendimento é trazido por VALENTINA JUNGMAHN CINTRA ALLA¹⁶.

No tocante ao artigo 557, § 1º-A do CPC, que dispõe sobre a possibilidade do relator dar provimento ao recurso, quando a decisão recorrida esteja em manifesto

¹²Re, Edward D. Stare decisis, Revista de processo, número 73, páginas 47 à 54;

¹³Nesse sentido, acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, Quarta turma, agravo regimental 1997.01.00.062365-5, relatora desembargadora Eliana Calmon, encartado no DJU 03.08.1998, página 489, cujo trecho expressa: AGRADO REGIMENTAL - RECURSO ADMINISTRATIVO - DEPÓSITO PRÉVIO - IMPUGNAÇÃO À DECISÃO DO ART. 557 DO CPC - APLICAÇÃO - INTERPRETAÇÃO - 1. Não cabe à agravante discutir sobre tese jurídica já sedimentada e que serviu de apoio ao uso do art. 557 do CPC. 2. No agravo regimental deve-se atacar a impropriedade ou ilegalidade do ato da Relatora. 3. Ao aplicar o art. 557 do CPC, deve o Relator observar a jurisprudência do órgão julgador (Turma, Seção ou Pleno), para adequar o julgamento solitário ao entendimento do Colegiado - Precedente do STJ. 4. Embora haja divergência de entendimento entre Tribunais, pode o Relator aplicar o art. 557 do CPC se uniforme o pensamento da Turma Julgadora.

¹⁴WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. O novo regime do agravo, editora Revista dos Tribunais, 1996, 2ª edição, página 104;

¹⁵ALLA, Valentina Jungmann Cintra. O recurso de agravo e a lei 9.139 de 30.11.95, editora Revista dos Tribunais, 1998, página 139

¹⁶esse parágrafo foi trazido ao CPC, pela lei 9.756/98, de 17.12.1998;

confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, entendemos que não há maiores indagações nesse tópico, na medida em que o próprio texto usa o verbo poderá¹⁷.

Concluimos assim que, na hipótese do relator ter outro entendimento sobre a matéria e, desde que decida motivadamente, não estará vinculado à determinação contida em súmula, ou jurisprudência dominante.

1.4. Dos pressupostos para negar seguimento

A finalidade deste tópico consiste em analisarmos quais os pressupostos que ensejam ao relator a possibilidade de negar seguimento ao recurso.

De plano, já salientamos no tópico anterior que o verbo negará deverá ser entendido como poderá negar.

Ressaltado esse aspecto, passaremos a analisar o vocábulo manifestamente, encetado no artigo 557 do CPC, uma vez que abarca as hipóteses onde o relator, isoladamente, poderá indeferir o recurso, ou atribuir-lhe provimento.

Ponderamos que mencionado advérbio possibilita a leitura do artigo 557 do CPC, como poder (e não dever) do relator em negar seguimento, pois, na prática, inexistindo uma situação manifesta, isto é, límpida indiscutível¹⁸, o relator não poderá julgar de plano.

Assim, o recurso será manifestamente inadmissível, quando lhe faltar os pressupostos de admissibilidade, tanto extrínsecos, quanto intrínsecos.¹⁹

Em relação ao agravo de instrumento, a manifesta inadmissibilidade afigura-se, notadamente nas hipóteses do artigo 524, 525 e 526²⁰, todos do CPC.

No tocante à manifesta improcedência, será verificada em função do texto legal.

Assim, como o próprio significado determina, para detectarmos a manifesta contrariedade ao texto legal, basta contrastarmos o recurso com a lei. Se resultar claramente disso, que o recorrente pretende resultado inequivocamente contrário da lei, deverá ser julgado manifestamente improcedente. Todavia, se houver qualquer

¹⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, editora Revista dos Tribunais, 1999, página 132;

¹⁸ sobre os pressupostos de admissibilidade recursais conferir: NERY JÚNIOR, Nelson. Teoria geral dos recursos, editora Revista dos Tribunais, 1997, 4ª edição;

já tratamos da matéria, inclusive elencando os pressupostos, no capítulo III da presente dissertação;

¹⁹ nosso posicionamento fundamenta-se em dois motivos a saber: a) não pode a parte (notadamente a domiciliada no interior) ser obrigada a dirigir-se ao tribunal para ter acesso ao teor da minuta recursal, inclusive sob pena de violação ao princípio do amplo acesso ao judiciário (artigo 35, inciso XXXV da CF); b) a juntada da cópia do agravo nos autos, em primeira instância é um dos momentos em que o magistrado poderá, em tese, retratar-se, e conseqüentemente, antes de beneficiar o agravante, o interesse público prevalece, na medida em que haverá maior desafogamento do judiciário e menor oneração do Erário. Contudo, não desconhecemos que há forte posicionamento jurídico entendendo ao contrário de nós, ou seja, que o cumprimento, ou não, do artigo 526 do CPC, não trata-se de pressuposto de admissibilidade;

²⁰ ALLA, Valentina Jungmann Cintra. O recurso de agravo e a lei 9.139 de 30.11.95, editora Revista dos Tribunais, 1998, página 142;

hesitação quanto à certeza de seu desprovemento, o relator deverá remetê-lo ao órgão colegiado.²¹

Com relação ao recurso prejudicado, desnecessários maiores comentários, pois, como se sabe, é aquele cujo provimento ou improvemento não revelará qualquer utilidade para as partes, tal como é a hipótese do juiz de primeiro grau reformar a decisão que originou a decisão agravada.

Já o manifesto confronto²² com súmula, ficam valendo as mesmas razões trazidas, no tópico anterior, também em relação à jurisprudência dominante dos tribunais superiores.

Cumulativamente, em relação à expressão jurisprudência dominante acrescida ao texto do artigo 557 do CPC, pela lei 9.756/98, mostra-se como um passo para alargar a influência dos precedentes, de forma que devemos entender como jurisprudência dominante não só a já estabelecida em incidentes de uniformização de jurisprudência, mas também as que estiverem presentes em significativo número de julgados.²³

Entretanto, bem adverte JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA²⁴, ao postular por elevado comedimento do relator, nas decisões imanentes ao confronto com a jurisprudência dominante (e até mesmo, com súmula), pois basta que sucessivas decisões sejam proferidas numa única sessão para converter, em majoritária, tese que até então tinha número menor de precedentes.

Ante essas hipóteses, onde o relator poderá exercer o elastério de seus poderes, há, como contrapartida, a necessidade de fundamentação de suas decisões.

Daí porque concordamos integralmente com EDUARDO TALAMINE²⁵, quando afirma que:

cabará ao relator fundamentar motivadamente sua decisão. Terá, então, de mostrar: que o caso concreto se enquadra no previsto na súmula; qual o sentido e alcance que a súmula tem; que o entendimento constante desta continua prevalecendo (quando se tratar de súmula antiga), e assim por diante. Enfim, cumprirá rigorosamente o dever constitucional de fundamentar a decisão (artigo 93, IV da CF). E fundamentar é expor, sem a necessidade de pompa ou ostentação de erudição, em termos claros, as razões fáticas e juri-

²¹consoante veremos adiante, entendemos que o vocábulo confronto não é adequado, pois o correto seria contrariedade;

²²DINAMARCO, Cândido Rangel. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, editora Revista dos Tribunais, 1999, página 134;

²³MOREIRA, José Carlos Barbosa. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, editora Revista dos Tribunais, 1999, página 325;

²⁴TALAMINE, Eduardo. A nova disciplina do agravo e os princípios constitucionais do processo. Revista do Advogado, número 48, página 35;

²⁵NEGRÃO, Thetônio. Código de processo civil, editora Saraiva, 1999, 30ª edição, nota 5a, página 591;

dicar que fizeram com que se adotasse determinado entendimento. Por isso, assim como o julgador não pode simplesmente citar um preceito legal, como se isso fosse motivação.

Por derradeiro, registramos que a redação anterior do artigo 557, *caput*, do CPC (lei 9.139/95), com muito mais clareza refere-se a recurso contrário à súmula, e não em confronto com a mesma.²⁶

Justamente, em razão dessa incorreção na terminologia, JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA²⁷, lembra que: O legislador dá a impressão de haver empregado a palavra "confronto" no sentido de contraste, oposição, contradição, conflito. Ora, confronto significa mera comparação. É óbvio que de um confronto pode decorrer a conclusão de que as coisas confrontadas (isto é, comparadas) contrastam entre si, se opõem, se contradizem, se conflitam, uma com a outra; mas esse é apenas um dos resultados concebíveis.

Assim, somos levados à conclusão de que o correto, de fato, seria contrariedade e não confronto, pois esta última está mais para indicar mera comparação.

Face ao exposto, e verificados esses pressupostos, o relator deverá proferir a decisão adequada para a espécie²⁸, negando seguimento, dando provimento, ou remetendo o recurso para apreciação do colegiado.²⁹

1.5. Do recurso em relação à negativa de seguimento

Para atacar a decisão que nega seguimento ao recurso, o artigo 557, § 1º do CPC, criou uma nova espécie de agravo, cujo prazo para interposição, será de cinco dias, tendo como juízo adquem o órgão competente para o julgamento do recurso indeferido. Caso não haja retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto, de forma que, uma vez provido o agravo, o recurso terá seguimento.

Assinalamos que, de fato, essa espécie de agravo, também rotulada de agravo interno³⁰, ou agravo inominado³¹, não se interpõe em primeira instância. Entretanto, sua relevância decorre da constitucionalização que ela empresta no poder conferido ao relator para negar seguimento ao agravo de instrumento (e recursos correlatos).³²

²⁶MOREIRA, José Carlos Barbosa. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, Revista dos Tribunais, 1999, página 326;

²⁷consoante expusemos no capítulo III, não se trata de poder discricionários do magistrado, pois uma vez adequada a situação, em relação ao ordenamento, o relator estará vinculado, e portanto, deverá proferir a decisão prevista no ordenamento;

²⁸NERY JÚNIOR, Nelson. Teoria geral dos recursos, Revista dos Tribunais, 1997, 4ª edição, página 48;

²⁹BERMÚDEZ, Sérgio. A reforma do código de processo civil. Saraiva, 1996, 2ª edição, página 124;

³⁰em razão desse aspecto, o legislador, pela lei 9.756/98, também criou o agravo interno, para outras duas hipóteses, a saber: a) o incidente do conflito de incompetência (artigo 120, § único do CPC; b) decisão do relator que não admitir o agravo de instrumento, negar-lhe provimento ou reformar o acórdão recorrido (artigo 545 do CPC);

³¹DINAMARCO, Cândido Rangel. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, Revista dos Tribunais, 1999, página 130;

³²MOREIRA, José Carlos Barbosa. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, Revista dos Tribunais, 1999, página 326;

Em razão disso, CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO³³ posiciona-se pela inteligência do legislador, ao outorgar poder à parte, para invocar a manifestação do colegiado competente, ficando, assim, reverenciada a garantia constitucional do devido processo legal, pois há limitação, dos poderes do relator, nos julgamentos que, em regra, pertencem ao colegiado. Ademais fica entendido o princípio do juiz natural, na medida em que o colegiado é o juiz natural do processo.

Dentro dessa realidade, JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA³⁴ aponta aspectos que, em seu entendimento, foram omitidos pelo legislador, ao elaborar o projeto da lei 9.756/98, no tocante ao artigo 557 do CPC, os seguintes aspectos: a) foi omissivo, em relação ao efeito que deveria ser recebido o agravo interno; b) o texto não menciona se o recurso pode ser colocado em mesa, sem intimação das partes; c) não há alusão, sobre a necessidade de manifestação do agravado; d) não informa qual a providência cabível para a outra parte, caso haja retratação.

Ousamos discordar desse entendimento, pois como afirma o próprio jurista, na visão do artigo 557 do CPC, o relator passa a ser um porta-voz avançado do colegiado.³⁵

Assim, de fato, a legislação não menciona qual o efeito do agravo interno. Entretanto, pela própria natureza do agravo, seu efeito é devolutivo, sendo conferido o efeito suspensivo apenas em casos excepcionais.

Nesse diapasão, se foi indeferido o efeito suspensivo ao agravo de instrumento, que teve seguimento negado, inequivocamente, não poderá o seu sucedâneo (agravo interno), ter mencionado efeito.

Da mesma forma, não há por que haver manifestação do agravado, pois o mesmo será intimado para oferecer a contra-minuta na hipótese de provimento do agravo interno.³⁶ Não há prejuízo, ao agravado, bem como não há ofensa ao princípio do contraditório.³⁷

Portanto, registramos que a consequência da retratação do relator não redundará no provimento do mérito das razões recursais deduzidas no recurso principal, mas, sim, no mero seguimento do agravo inominado, estando correto o legislador ao não criar qualquer recurso para a espécie, justamente em favor da efetividade das decisões do judiciário.

³³MOREIRA, José Carlos Barbosa. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, Revista dos Tribunais, 1999, página 324;

³⁴caso o recurso não trate-se de agravo de instrumento, sendo a apelação, por exemplo, as contra-razões, o agravado teve oportunidade por deduzir em preliminar do recurso, a condições ausência dos pressupostos de admissibilidade, bem como, no mérito, a manifesta divergência das razões em relação à jurisprudência dominante ou súmula;

³⁵SALLES, José Carlos de Moraes. Recurso de agravo, Revista dos Tribunais, 1999, 2ª edição, página 137;

³⁶o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, através da súmula 117, emanou entendimento, de que a inobservância do prazo, determina a nulidade;

³⁷NEGRÃO, Thetônio. Código de processo civil. Saraiva, 1999, 30ª edição, nota 7b, página 591:

Ademais, reitere-se que inexistirá qualquer prejuízo ao agravado, pois ele terá todas as chances de defesa, ao interpor as contra-razões ao recurso, ficando, pois, prestigiado o princípio da segurança jurídica.

Em relação à inexistência de norma, imanente à inclusão do agravo inominado em pauta, bem como em relação ao fato do recorrido ser intimado de uma decisão favorável, e após ser surpreendido por uma decisão contrária, também ousamos discordar do nobre jurista.

E isso porque, inexistindo menção na lei específica, quanto à intimação para sessão de julgamento (artigo 557), deverá ser atendida a norma geral, deduzida no tópico atinente à ordem dos processos no tribunal, prevista no capítulo III do CPC.

Dentro desse quadro, o artigo 552, *caput*, do CPC, determina a publicação da pauta, para todos os recursos, no órgão oficial. Já o parágrafo único do aludido dispositivo, estabelece o prazo mínimo de quarenta e oito horas, entre a data da publicação e a pauta de julgamento.³⁸

Por essa razão, logicamente, as partes serão intimadas sobre a data do julgamento do agravo interno.

Ressalvados esses aspectos, e com foco no procedimento, o recorrente, ao fazer uso do agravo inominado, deverá atentar que o prazo é de apenas cinco dias, e não dez, como no agravo de instrumento, ou retido.

Ademais, o agravo inominado, deverá ser interposto nos próprios autos, sem a necessidade de formação de novo instrumento.³⁹

Após a confirmação da decisão do relator que negou seguimento ao agravo, pelo colegiado, em regra, restará ao agravante, se presentes os pressupostos necessários, ou a interposição de recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça e/ou recurso extraordinário destinado ao Supremo Tribunal Federal.

1.6. Da multa imposta ao recurso protelatório

Em sentido lato, existem dois sistemas processuais para inibir o abuso de direito no processo.

O primeiro mecanismo é o sistema indenizatório, onde as multas aplicadas reverterem-se a favor da parte adversa. Já o segundo advém do sistema do *contempt of court*, embasando-se na idéia de que o abuso do direito de defesa consiste em desacato à corte, e, portanto, passível de sanção pública, sendo certo que se tratando de sanção pecuniária, reverte-se ao Estado.⁴⁰

No direito Pátrio, o legislador optou pelo sistema indenizatório, de forma que as multas são revertidas em prol da parte prejudicada.

³⁸GRECO FILHO, Vicente. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98. Revista dos Tribunais, 1999, página 609;

³⁹ARMELIN, Donaldo. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98. Revista dos Tribunais, 1999, página 210;

⁴⁰SALLES, José Carlos de Moraes. Recurso de agravo. Revista dos Tribunais, 1999, 2ª edição, página 136;

Diante dessa realidade, adveio a lei 9.756/98, inserindo no artigo 557, § 2º, do CPC, a possibilidade de, ao tribunal, de proceder a condenação, do agravante, ao pagamento de multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, quando manifestamente inadmissível ou infundado, além de que a interposição de qualquer outro recurso ficará condicionada ao depósito do respectivo valor.

A propósito, há acórdão do Superior Tribunal de Justiça¹¹, entendendo que, a pretensão deduzida pela parte, contrária ao decidido no processo, está abarcado pela expressão manifestamente infundada.

Quanto ao âmbito de incidência da multa cominada no aludido dispositivo legal, não há necessidade de maiores estudos para concluirmos que se refere somente ao agravo, pois está claramente expresso no § 2º, do dispositivo.

Todavia, a matéria fica nebulosa ao indagarmos se referida multa abarca o recurso de agravo em geral ou, exclusivamente, o agravo interno.

Para DONALDO ARMELIN¹², o § 2º do artigo 557 do CPC refere-se ao agravo de instrumento e, inclusive, defende sua posição argumentando que, mencionada norma, mostra-se necessária para coibir o elevado número de agravos que tramitam nos tribunais, obstaculizando os trabalhos do judiciário.

Em que pese, de fato, o legislador não ter primado pela clareza, ousamos discordar desse entendimento, pois o § 1º do artigo 557 do CPC refere-se ao agravo interno, onde analisado sistematicamente com o 2º parágrafo, somos forçados a concluir que apenas poderá referir-se ao agravo interno.

Dessa forma, em nosso entendimento, a justificativa da multa imanente ao agravo interno reside em evitar que o elastério dos poderes do relator torne-se procedimento contrário à efetividade, e isso porque, mesmo havendo decisão adequada, do relator, negando seguimento ao recurso, o agravante poderia, mesmo sabedor da exatidão do pronunciamento, protelatoriamente, interpor agravo inominado.

Ora, nessa hipótese, seria dobrado o procedimento, até porque invocaria a manifestação do respectivo colegiado.

Assim, em tese, quando o agravante verificar o artigo 557 do CPC e deparar-se com o § 2º, no entendimento do legislador, deverá refletir muito no sentido de verificar se o agravo inominado não possui contorno de manifesta inadmissibilidade

¹¹O mesmo posicionamento é adotado por: GRECO FILHO, Vicente. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, editora Revista dos Tribunais, 1999, página 610;

¹²Nesse sentido, o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA QUARTA REGIÃO. Terceira turma, agravo inominado em apelação 1999.04.01.021513-6, relator desembargador federal Marcelo de Nardi, publicado no DJU de 16.06.99, página 485 com trecho expressando: AGRAVO - ART. 557 DO CPC - MANIFESTAMENTE INFUNDADO O AGRAVO PROPOSTO COM FUNDAMENTO NO § 1º - CABIMENTO DA MULTA PREVISTA NO § 2º - 1. A decisão ora agravada está plenamente de acordo com a hipótese prevista no caput do art. 557 do CPC, com a nova redação introduzida pela Lei nº 9.756/98, editada com a finalidade de agilizar o julgamento dos recursos perante os tribunais, em atendimento aos anseios da comunidade jurídica. 2. Se o agravo interposto é manifestamente infundado, deverá a agravante ser condenada à multa prevista no § 2º do art. 557 do CPC. 3. Improvido o agravo e condenada a agravante-CEF a pagar ao agravado multa de 10% sobre o valor corrigido da causa;

ou manifesta ausência de fundamento, notadamente em função do entendimento do órgão colegiado respectivo sobre a matéria.

Nesse sentido, também posiciona-se JOSÉ CARLOS DE MORAES SALLES⁴³, para quem o preceito contido no § 2º, do artigo 557 do CPC, apenas se aplica ao agravo interno, no intuito de evitar propósitos mal intencionados, além de se tratar de norma específica e mais rigorosa que a estabelecida genericamente no artigo 18 do CPC, pela lei 9.668/98, no tocante ao percentual da multa prevista, deixando evidente a intenção do legislador em punir, com maior ênfase, o manejo protelatório do agravo interno.⁴⁴

Quanto à utilização do mencionado dispositivo e, conseqüente condenação do agravante, gradativamente, ao que parece, os tribunais estão conscientizando-se dessa necessidade.⁴⁵

Por seu turno, passamos a analisar sobre o instituto da sanção pecuniária em si e, notadamente, ante o impedimento da parte recorrer sem a efetivação do respectivo depósito.

Adverte JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA⁴⁶ que a condenação do agravante ao pagamento de multa é criticável, notadamente ao condicionar a interposição de qualquer outro recurso ao respectivo depósito ante a argumentação de que: a) dis-

⁴³MOREIRA, José Carlos Barbosa. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, Revista dos Tribunais, 1999, página 328;

⁴⁴Nesse sentido, o acórdão proferido pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Primeira turma, agravo regimental em recurso especial 194.691, relator ministro José Delgado, publicado no DJU de 03.05.99, página 106, com trecho expressando: Recurso da agravante que revela sua patente intenção de procrastinar o feito, dificultando a solução da lide ao tentar esgotar todas as instâncias e impedindo, com isso, o aceleração das questões postas a julgamento ao insistir com uma tese rigorosamente vencida quando esta Corte já pacificou seu entendimento sobre a matéria. Ocorrência de litigância de má-fé da CEF, por "opor resistência injustificada ao andamento do processo" (art. 17, IV, do CPC), ao "interpor recurso com intuito manifestamente protelatório" (art. 17, VII, do CPC – Lei nº 9.668, de 23.06.1998, dou de 24.06.1998). 5. Caracteriza-se como evidentemente protelatória a atitude da CEF em recorrer, por meio de petição padronizada, de decisão rigorosamente pacífica nesta Corte. 6. Inteligência dos arts. 16, 17, IV e VII. 18, e 557, § 2º, do CPC – Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, corrigida monetariamente até seu efetivo pagamento, caracterizadora da litigância de má-fé da agravante, mais honorários advocatícios no patamar de 20% sobre o valor da condenação, assim como a devolução de todas as despesas efetuadas pela parte contrária, devidamente atualizadas. 7. Condenação da agravante a pagar ao(s) agravado(s) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com correção monetária até o seu efetivo pagamento (Lei nº 9.756, de 17.12.1998, dou de 18.12.1998). 8. Agravo regimental improvido.

⁴⁵Nesse sentido, o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA QUARTA REGIÃO, Terceira turma, agravo inominado em apelação 1999.04.01.021513-6, relator desembargador federal Marcelo de Nardi, publicado no DJU de 16.06.99, página 485 com trecho expressando: *AGRAVO - ART. 557 DO CPC - MANIFESTAMENTE INFUNDADO O AGRAVO PROPOSTO COM FUNDAMENTO NO § 1º - CABIMENTO DA MULTA PREVISTA NO § 2º - 1. A decisão ora agravada está plenamente de acordo com a hipótese prevista no caput do art. 557 do CPC, com a nova redação introduzida pela Lei nº 9.756/98, editada com a finalidade de agilizar o julgamento dos recursos perante os tribunais, em atendimento aos anseios da comunidade jurídica. 2. Se o agravo interposto é manifestamente infundado, deverá a agravante ser condenada à multa prevista no § 2º do art. 557 do CPC. 3. Improvido o agravo e condenada a agravante - CEF a pagar ao agravado multa de 10% sobre o valor corrigido da causa.*

⁴⁶MOREIRA, José Carlos Barbosa. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98, Revista dos Tribunais, 1999, página 328;

crimina odiosamente as pessoas em razão da fortuna; b) o critério embasado no valor da causa, não é próprio, ante a rara relação entre assuntos; c) o erro técnico do advogado, será repassado para o cliente.

Ousamos discordar, em grande parte, das ponderações do notório processualista.

E isso porque não pode o judiciário ficar ao bel-prazer de recursos inadmissíveis ou infundados, permanecendo inerte e, conseqüentemente, sonegando a efetividade do processo, ou seja, do bem da vida a quem ostenta o direito. Aliás, essa visão do judiciário inerte, gradativamente está sendo banida do ordenamento.

Nessa esteira, a parte que será condenada ao pagamento da multa, antes de possuir maior ou menor fortuna, é o recorrente procrastinador (pois agiu com deslealdade), não podendo sua situação financeira, influir nessa realidade. Assim, exemplificativamente, não é raro, no cotidiano forense, que pessoas das classe média e baixa ingressem com recursos inadmissíveis no intuito de adiar ao máximo a prestação da tutela jurisdicional.

Entretanto, na hipótese de a parte ser, realmente, destituída de recursos financeiros, de fato, os benefícios da assistência judiciária não abarcam mencionada multa.⁴⁷

Com isso, de fato, se admitirmos como válida a incidência da multa, nesse caso, estaremos ferindo o princípio constitucional do amplo acesso à justiça (artigo 5º, inciso XXXV da CF) pois, a conseqüência do não pagamento será a impossibilidade de admissão do recurso.

Assim, nessa hipótese, consoante, aliás, já admitiu o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, entendemos que o beneficiário da assistência judiciária ficará desonerado do recolhimento da mencionada multa, enquanto perdurar sua precária situação financeira.⁴⁸

De *lege ferenda*, entendemos que, nessa situação, seria mais adequada a possibilidade da prestação de serviços à comunidade pelo litigante que interponha agravo manifestamente infundado ou protelatório.

⁴⁷Lei 1060, de 5 de fevereiro de 1050: *artigo 3º: A assistência judiciária compreende as seguintes isenções: I - das taxas judiciárias e dos selos; II - dos emolumentos e custas devidos aos juízes, órgãos do Ministério Público e serventúrios da Justiça; III - das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais; IV - das indenizações devidas às testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivessem, ressalvado o direito regressivo contra o poder público deferido, no Distrito Federal e nos Territórios, ou contra o poder público estadual, nos Estados; V - Dos honorários de advogado e peritos;*

⁴⁸no mesmo sentido, por analogia, o acórdão proferido pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Sexta turma, recurso especial 88.997, relator ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, julgado em 27.08.96, publicado no DJU de 30.06.97, página 31.090, com trecho expressando: RESP - Processual civil - Ação rescisória - Assistência judiciária - Depósito - Os modernos princípios de acesso ao judiciário recomendam facilitar a prestação jurisdicional. Pessoa pobre, no sentido jurídico do termo, não pode ser compelida a pagamento algum, enquanto persistir o estado de carência. O depósito relativo à ação rescisória não se confunde com as custas. Todavia a isenção há de ser completa. Contraditório reconhecer a pobreza e impor obrigação de pagar para ingressar em juízo.

Com relação à fixação da base de cálculo concentrada no valor da causa, concordamos que mencionado valor, não raramente deixa de guardar relação com a causa.

Todavia, é inegável que há processos onde inexistem outros parâmetros. Daí porque, em parte, concordamos com o legislador nesse aspecto, sempre lembrando que o uso do incidente de impugnação ao valor da causa evitaria, em muitos casos, a eventual inexpressividade do valor atribuído à causa.

Registramos que realmente o valor da causa pode de ser utilizado como parâmetro. Contudo, apenas nos casos onde não houvesse possibilidade de aplicação de multa sobre o valor efetivamente discutido que geralmente espelha mais a realidade.

Por derradeiro, em relação ao erro técnico do advogado, de fato, pode ocorrer. Todavia, não podemos fazer da exceção a regra, além de que a vítima poderá socorrer-se de ação própria em relação ao profissional.

Diante desses fundamentos, entendemos que, até melhores propostas, inexistente outra alternativa para se coibir a eventual protelação decorrente do agravo inominado, inadmissível ou infundado.

Por outro aspecto, indagamos o porquê do legislador estatuir a multa do § 2º do artigo 557 do CPC, na medida em que, na ocasião da vigência da lei 9.756 de 17.12.1998, já existia o artigo 17, inciso VII do CPC (lei 9.668, de 23.06.1998), reputando-se como litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Inicialmente, ponderamos, consoante expusemos até aqui tratar-se de regra específica (e não geral), para o agravo interno somente.

Dentro dessa realidade, a intenção do legislador não foi outra senão coibir o agravo inominado, quando manifestamente inadmissível ou infundado. Todavia, a incidência do artigo 18 do CPC, impede parcialmente a aplicação da multa prevista no artigo 557, § 2º do CPC, ou seja, a multa imposta ao agravado, não poderá ultrapassar o patamar de dez por cento.

Assim, entendemos que não poderá o tribunal aplicar multa de onze por cento, sendo dez por força do artigo 557 § do CPC, e um por cento, em razão do artigo 18 do CPC. E isso porque se trata da mesma espécie de sanção, e com o mesmo fato gerador, na medida em que o recurso manifestamente inadmissível, ou infundado (artigo 557, § 2º do CPC), até mesmo por negligência do recorrente, redunde em manifesta protelação (artigo 18 do CPC).

Ademais, estamos reportando-nos apenas à multa estipulada no artigo 18, nada impedindo que o tribunal imponha as demais cominações legais, exteriorizadas na indenização à parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, acrescida dos honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.

Registramos, contudo, que há acórdão proferido pelo colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA⁴⁹, entendendo possível a cumulação da multa do artigo 18 do CPC, com a do artigo 557, § 2º do CPC.

Assim, no direito pátrio, o sistema indenizatório reverte e multa a favor da parte adversa, sendo certo que, tratando-se de agravo interno, a multiplicação da multa será fixada entre um a dez por cento, sobre o valor corrigido da causa (artigo 557, § 2º do CPC), não aplicando-se pois, o artigo 17 do CPC, que é genérico, e relativo aos demais casos, além de que, beneficiário da justiça gratuita estará isento do recolhimento, enquanto perdurar seu estado de pobreza (artigo 5º, inciso XXXV, da CF).

2. DA CONCLUSÃO

Do exposto, emergem as conclusões que seguem:

- a) a busca por maior efetividade da prestação da tutela jurisdicional, bem como o conseqüente enaltecimento dos princípios da celeridade e da economia processual, sem realizar a insegurança jurídica, consistem nos escopos da ampliação dos poderes do relator.
- b) o artigo 557 do CPC é constitucional, na medida em que a decisão do relator, visa a trazer o resultado efetivo à lide, entregando o direito a quem de fato o tem, em tempo mais breve possível, sempre colocando à disposição do interessado mecanismo apto a provocar a confirmação da decisão do relator perante o juiz natural (agravo nominado) que, em segunda instância, é o órgão colegiado respectivo;
- c) na hipótese do relator ter outro entendimento sobre a matéria e, desde que decida motivadamente, não estará vinculado à determinação contida em súmula, ou de jurisprudência expressas no artigo 557 do CPC;
- d) presentes os pressupostos necessários, o relator deverá proferir a decisão adequada para a espécie, ou seja, negando seguimento, dando provimento, ou remetendo o recurso para apreciação do colegiado;
- e) o recurso cabível que inclusive torna constitucional o artigo 557 do CPC é o agravo nominado que deve ser interposto no prazo de cinco dias da decisão do relator (negando seguimento ao agravo);

⁹Nesse sentido, o acórdão proferido pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Primeiro turma, agravo regimental em recurso especial 194.691, relator ministro José Delgado, publicado no DJU de 03.05.99, página 106, com trecho expressando: *Recurso da agravante que revela sua patente intenção de procrastinar o feito, dificultando a solução da lide ao tentar esgotar todas as instâncias e impedindo, com isso, o aceleração das questões postas a julgamento ao insistir com uma tese rigorosamente vencida quando esta Corte já pacificou seu entendimento sobre a matéria. Ocorrência de litigância de má-fé da CEF por "opor resistência injustificada ao andamento do processo" (art. 17, IV, do CPC). ao "interpor recurso com intuito manifestamente protelatório" (art. 17, VII, do CPC - Lei nº 9.668, de 23.06.1998, dou de 24.06.1998). 5. Caracteriza-se como evidentemente protelatória a atitude da CEF em recorrer, por meio de petição padronizada, de decisão rigorosamente pacífica nesta Corte. 6. Inteligência dos arts. 16, 17, IV e VII, 18 e 557, § 2º, do CPC - Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, corrigida monetariamente até seu efetivo pagamento, caracterizadora da litigância de má-fé da agravante, mais honorários advocatícios no patamar de 20% sobre o valor da condenação, assim como a devolução de todas as despesas efetuadas pela parte contrária, devidamente atualizadas. 7. Condenação da agravante a pagar ao(s) agravado(s) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com correção monetária até o seu efetivo pagamento (Lei nº 9.756, de 17.12.1998, dou de 18.12.1998). 8. Agravo regimental improvido.*

f) o direito pátrio optou pelo sistema indenizatório em que a multa se reverte em prol da parte prejudicada, sendo certo que a condenação prevista no artigo 557 § 2º do CPC não poderá ultrapassar o patamar de dez por cento sobre o valor corrigido da causa;

g) se aceitarmos que, o recorrente pobre, na acepção jurídica do termo, tem que depositar o valor da multa para recorrer (artigo 557 § 2º do CPC), inequivocadamente, restaria violado o princípio constitucional do amplo acesso à justiça (artigo 5º, XXXV da CF) pois, a consequência do não pagamento seria a impossibilidade de admissão do recurso.

BIBLIOGRAFIA

ALLA, Valentina Jungmann Cintra. *O recurso de agravo e a lei 9.139 de 30.11.95*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

ARMELIN, Donaldo. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999;

BERMUDES, Sérgio. *A reforma do código de processo civil*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 1996.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *O novo recurso de agravo e outros estudos*. 3ª edição. Forense, 1998.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999;

GRECO FILHO, Vicente. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999;

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a lei 9.756/98*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999;

NEGRÃO, Theotônio. *Código de processo civil*. 30ª edição. São Paulo: Saraiva, 1999.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Atualidades sobre o processo civil*. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 4ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

RE, Edward D. *Stare decisis*. Revista de processo, número 73.

SALLES, José Carlos de Moraes. *Recurso de agravo*. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

TALAMINE, Eduardo. *A nova disciplina do agravo e os princípios constitucionais do processo*. Revista do Advogado, número 48.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *O novo regime do agravo*. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.